



ANTÓNIO N’RUNCA

**A REPRESENTAÇÃO DA FIGURA AMBÍGUA DE NGUNGUNYANE NA
TRILOGIA “AS AREIAS DO IMPERADOR”, DE MIA COUTO**

**ACARAPE – CE
2022**

ANTÓNIO N’RUNCA

**A REPRESENTAÇÃO DA FIGURA AMBÍGUA DE NGUNGUNYANE NA
TRILOGIA “AS AREIAS DO IMPERADOR”, DE MIA COUTO**

Monografia apresentada à Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab) como parte dos requisitos para a obtenção do Título de Licenciado em Letras-
língua Portuguesa.

Orientadora: Profa. Dra. Sueli da Silva Saraiva

ACARAPE- CE, 2022

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Sistema de Bibliotecas da UNILAB
Catalogação de Publicação na Fonte.

N'Runca, Ant3nio.

N961r

A representa33o da figura amb3gua de Ngungunyane na trilogia "as areias do imperador", de Mia Couto / Ant3nio N'runca. - Reden33o, 2022.

44 paginasf: il.

Monografia - Curso de Letras - L3ngua Portuguesa, Instituto de Linguagens e Literaturas, Universidade da Integra33o Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Reden33o, 2022.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Sueli da Silva Saraiva.

1. Literatura Mo3ambicana. 2. Mia Couto. 3. Romance hist3rico. 4. Areias do imperador. I. T3tulo

CE/UF/BSCA

CDD 869.3

António N'Runca

**A REPRESENTAÇÃO DA FIGURA AMBÍGUA DE NGUNGUNYANE NA
TRILOGIA “AS AREIAS DO IMPERADOR”, DE MIA COUTO.**

Monografia apresentada como requisito para a obtenção do Título de Licenciado em Letras-
língua Portuguesa, na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira,
UNILAB-Campus dos Palmares.

Aprovado em: 10/02/2022.

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Profa. Dra. Sueli da Silva Saraiva

(Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira-UNILAB)

1º Examinador (a): Profa. Dra. Fernanda Bianca Goncalves Gallo

Universidade Estadual de Campinas -UNICAMP/SP

2º Examinador (a): Prof. Dr. Segone Ndangalila Cossa

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira-UNILAB

DEDICATÓRIA

Esse fruto de ligeiro suor, à minha mãe diletta, Wibom Camará, dedico-o, sendo é eu também o rebento do seu sacrífico, quando andava implacavelmente abaixo do sol para achar algum tostão para pagar meus estudos. Ao meu finado pai de criação, Wonde N'Runca, devoto-o, que, embora da sua seiva e osso não ganhei a preciosa vida, soube com indescritível feição dar-me o amor mais do que qualquer outro seria capaz. Ao meu meio-irmão, Domingos N'Runca, quem me ensinou a tecer as primeiras células das palavras para costurar frases, sendo que nenhum nato vejo a maquiná-las com mastreia a priori. À mana Luísa Nhanque que, apesar de ter partido deste mundo, enquanto respirava, soube acolher ao seu doce lar um filho que vagava sem ter onde encostar a cabeça – que Deus purgue as gotas de lágrimas que emanam dos seus olhos. Ora, ao meu amigo, Quemo Saminanco, também dedico esse trabalho, que embora poeta e artista em ascensão, Deus tirou-mo dos olhos prematuramente, antes que pudesse contemplar o deslumbrar de sua arte, que torrões de areia lhe sejam leves e que sua alma descanse com leveza em outra vida.

AGRADECIMENTOS

A Deus não só pelo dispendioso dom da vida, mas pelo seu cajado divino, com o qual me tem guiado pari passu desde torrão de nascença até aqui. À professora Doutora Sueli da Silva Saraiva, pela sua gentileza, sua dedicação e amparo, posto que sem o seu carinho, impossível seria tornar esse trabalho exequível. À Pró-Reitoria de graduação e todos outros órgãos administrativos da UNILAB pelo seu empenho em apoiar os estudantes internacionais que deixam seus países de origem numa tentativa de ver seus sonhos factíveis num país acolhedor como Brasil, que mantém essa cooperação com os países de PALOP. Aos meus professores que me inspiraram e que contribuíram bastante para ampliar o meu horizonte do conhecimento: Doutor Segone Ndangalila Cossa, Doutora Luana Antunes Costa e Vânia Ferreira Vasconcelos.

Nunca se conseguiu perceber bem o verdadeiro sentimento dos Nguni em relação ao Gungunhana. Sem dúvida que o reconheciam como chefe militar e político, mas tinham-lhe mais medo do que amor. Consta-se que, quando finalmente Gungunhana foi levado pelas tropas de Mouzinho de Albuquerque, aquela multidão gritou o seguinte: “Hamba kolwanyana kadiuqueda inkuku zetu”, expressão zulu que significa “Vai-te embora, seu abutre que dizimas as nossas galinhas. (Raul Bernardo Honwana, 2010)

RESUMO

No presente trabalho desenvolve-se uma reflexão a respeito da figura de Ngungunyane, o último imperador do reino de Gaza, Moçambique. Analisaremos como ele é configurado como personagem histórico-ficcional na trilogia “As areias do imperador”, de Mia Couto, publicada entre 2015 a 2017, nos volumes intitulados: *Mulheres de cinzas*, *Sombras da água* e *O Bebedor de horizontes*. Com o intuito de alcançar os resultados almejados, a metodologia será pautada na pesquisa qualitativa e na análise interpretativa do gênero romance histórico. Para isso, realizou-se uma pesquisa de cariz bibliográfico, relacionando textos teóricos, ficcionais e dados históricos relevantes ao tema, com destaque para a caracterização de personagens e pontos de vista dos narradores. Como resultado, o trabalho aponta a ambiguidade de Ngungunyane como figura mito-heroica na história, identidade e memória do povo moçambicano, conforme a reconstrução crítica e atualizada na ficção coutiana.

Palavras-chave: Literatura Moçambicana. Mia Couto. Romance histórico. Areias do imperador. Ngungunyane.

ABSTRACT:

The present work develops a reflection on the figure of Ngungunyane, the last emperor of the kingdom of Gaza, Mozambique. We will analyze how he is configured as a historical-fictional character in the trilogy “The sands of the emperor”, by Mia Couto, published between 2015 and 2017, in the volumes entitled: *Mulheres de Cinzas*, *Sombras da Água* and *O Bebedor de horizontes*. In order to achieve the desired results, the methodology will be based on qualitative research and interpretive analysis of the historical novel genre. For this, a bibliographic research was carried out, relating theoretical and fictional texts and historical data relevant to the theme, with emphasis on the characterization of characters and points of view of the narrators. As a result, the work points out the ambiguity of Ngungunyane as a mytho-heroic figure in the history, identity and memory of the Mozambican people, according to the critical and updated reconstruction of the Coutian fiction.

Keywords: Mozambican Literature. Mia Couto. Historical novel. Emperor of Sands. Ngungunyane.

SUMÁRIO

Introdução	9
1. O romance histórico e sua atualização em Moçambique	15
2. A rivalidade entre Portugal e Ngungunyane no Sul de Moçambique em “Mulheres de cinzas”.....	18
3. “Sombras da água” e a ambiguidade de Ngungunyane a partir da caracterização de personagens	25
4. “O bebedor de horizontes” e a ambiguidade de Ngungunyane a partir do ponto de vista dos narradores.....	35
Considerações finais.....	45
Referências bibliográficas.....	46

INTRODUÇÃO

As literaturas africanas de língua portuguesa – de Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, Cabo-Verde e São Tomé e Príncipe – tiveram diferentes percursos de desenvolvimento devido a aspectos históricos e socioculturais específicos; mas apresentam um denominador comum: o signo do anticolonialismo (SECCO, 1996, p. 1). Essas literaturas, em sua maioria, são herança das produções que se dedicaram à temática anticolonial, empenhadas na denúncia contra a violência e massacre praticados pelo sistema colonial até quase o final do século XX. Apesar de essa temática estar presente na atualidade de sua prosa e poesia como espectro de uma história inacabada, outros temas foram trazidos à luz da literatura como reflexão crítica sobre a situação econômica, política e sociocultural, após as independências políticas que culminaram no mesmo período, em 1973 em Guiné-Bissau, e em 1975 nos demais países.

Para compreender e registrar os caminhos da construção das novas nações, escritores, como o moçambicano Mia Couto¹, revisitam o passado recente da colonização e das lutas de libertação, regressando mesmo ao início da ocupação colonial para melhor interpretação histórica.

Em Moçambique, seguindo o movimento revolucionário iniciado em Angola em 1961, teve origem, em 1962, a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO); e os fatos que deram origem à revolução nacionalista africana estão registrados em valiosos documentos e testemunhos históricos, como se vê neste exemplo de Eduardo Mondlane:

Como todo o nacionalismo africano, o de Moçambique nasceu da experiência do colonialismo europeu. A fonte da unidade nacional é sofrimento comum durante os últimos cinquenta anos sob a dominação portuguesa. O movimento nacionalista não surgiu numa comunidade estável, historicamente com uma unidade linguística, econômica e cultural. Em Moçambique foi a dominação colonial que deu origem à comunidade territorial e criou bases para uma coerência psicológica, fundada na experiência da discriminação, exploração, trabalho forçado, e outros aspectos da dominação colonial (MONDLANE, 1995 [1969]: 87) apud RIBEIRO, 2005, 258).

¹ Nascido em 1955, na cidade de Beira, Moçambique, Mia Couto é biólogo e jornalista, porém a sua paixão pelas belas letras tornou-o um dos principais escritores moçambicanos e da língua portuguesa. É autor de mais de trinta livros, que se estendem desde romances, contos, poemas e crônicas. Seu romance *Terra Sonâmbula* (1992) é considerado um dos doze melhores livros africanos do século XX. Foi galardoado com vários prêmios literários, dentre eles o Camões em 2013 e o Prêmio *Neustadt International Prize* em 2014, tido como o “Nobel Americano” — Couto e João Cabral de Melo Neto foram os únicos escritores de língua portuguesa que receberam tal honraria. Além disso, Mia Couto é o único escritor africano eleito como membro correspondente da Academia Brasileira de Letras.

No discurso do fundador e o primeiro presidente da FRELIMO, podemos constatar o uso de termos como “colonialismo português”, “sofrimento comum”, como razão crucial que contribuiu para formação de um símbolo da unidade nacional.

No processo da construção da unidade nacional, a FRELIMO usou como eixo básico o tronco linguístico comum aos diferentes grupos étnicos: “Em primeiro lugar, nós pertencemos à nossa família linguística Banto, caracterizada pela mesma forma gramatical, mesma origem das palavras, mesma estrutura de frases e períodos”. (MONDLANE, 1967 apud PAREDES, 2014, p. 142). Bortolotti (2019) fez uma reflexão atinente ao argumento do partido, segundo a qual a FRELIMO “denuncia ainda que a conquista de Moçambique pelos portugueses fora causada pela falta de unidade entre os diferentes grupos étnicos a formarem a população”. O documento assinado por Eduardo Mondlane, o então presidente da FRELIMO, afirma que esta:

[...] encontra-se empenhada na missão sagrada de unir as massas populares contra o invasor comum” [difundido] “energias até então dispersas [para] transformá-las em energias nacionais, numa só realidade, numa só força bélica. A FRELIMO está criando uma nação que se vai libertando do jugo português. A Luta de Libertação Nacional é em si própria um processo de criação de uma nova realidade [...] Não há antagonismo entre as realidades da existência de vários grupos étnicos e a Unidade Nacional. Nós lutamos juntos, e juntos construímos e recriamos o nosso país, produzindo uma nova realidade – um Novo Moçambique, Unido e Livre (MONDLANE, 1967 apud MUIUANE, 2009, p. 87-88).

Já depois da independência, a FRELIMO assumiu a governação e o manto de consolidar a nação moçambicana (Colosovski, 2016, p. 172-173). Unidos por uma causa justa e contra o jugo de um inimigo comum, isso não quer dizer que não tenha existido as diferenças; como se sabe, a população moçambicana é formada por uma diversidade étnica, cultural e linguística e é dentro desse quadro que a FRELIMO almeja unir essa diversidade étnica sobre uma mesma identidade.

Além de espalhar vários discursos a respeito da relevância da “união” entre os povos, surgiu, também, outra preocupação de carácter nacional: a nação moçambicana carecia de uma narrativa histórica acerca do seu passado, do qual o chamado homem novo² pudesse se

² “Novo” refere-se ao poder. Conforme Mazula (1995), o presidente Samora Machel afirmou num dos discursos dizendo: “graças à luta, um poder novo constrói-se na pátria, isto é, o poder popular que afirma a sua independência e personalidade e liquida a exploração e que implica a destruição do poder dos exploradores, o poder velho” (p. 179). Ou ao próprio cidadão: “Nós queremos criar o homem novo. Queremos criar os futuros revolucionários. Queremos criar a nova mentalidade livre, com a

orgulhar. Como afirma Bessa (2005) que o trabalho de heroificação é indivisível da produção de uma memória coletiva de dimensão nacional por parte do Estado e seus agentes, e essa memória coletiva constitui certos atributos e símbolos da legitimação de ordem social. Falar da memória implica falar da tradição. Em Moçambique, portanto, para construir essa memória coletiva, era preciso

[...] eleger figuras de um passado comum ao maior número de etnias possíveis e elevá-la à mesma categoria de heróis nacionais em que se encontravam Eduardo Mondlane, primeiro presidente e principal fundador da FRELIMO, e o próprio Samora Machel, que assume o governo moçambicano após a independência, criando assim uma trajetória histórica de heróis moçambicanos. (COLOSOVSKI, 2016, p. 173).

Com esse objetivo, Ngungunyane³ foi eleito como a primeira figura nacional da resistência contra a opressão portuguesa. Ainda, em 1983, em meio à guerra civil, iniciada em 1976, o governo moçambicano de Samora Machel conseguiu negociar com Portugal a devolução dos restos mortais do imperador de Gaza; na ocasião a FRELIMO produziu panfletos de caráter exaltador da figura de Ngungunyane.

[...]. Nesta pátria hoje libertada, ao prestarmos homenagem ao Ngungunhane, queremos lembrar também os muitos milhares de moçambicanos que, de norte a sul do país, nos deixam como herança o exemplo de suas vidas e seu amor pela liberdade da terra e dos homens. É essa pátria que queremos construir, onde não exista a exploração e a opressão, e os nossos filhos possam crescer em paz e na prosperidade, que tem consigo a alegria e a felicidade. (FRELIMO, 1983)

Neste discurso, Samora Machel sublinha o objetivo decisivo da FRELIMO na construção processual dos heróis após a independência. A derrota de Ngungunyane foi vista como um símbolo da resistência pelo partido, que, depois de quase um século, tomou a iniciativa de transformá-lo em herói nacional, com intuito de garantir uma urgente união do povo moçambicano.

nossa própria personalidade. Também queremos libertar alguns que ainda persistem em usar uma mentalidade escrava do estrangeiro. (MACHEL apud MAZULA, 1995, p. 143).

³ A grafia do nome varia entre Ngungunhane, Ngungunyane, Nghunghunyani, N'gungunhana, Gungunhana. Seguimos neste trabalho a grafia predominante na trilogia de Mia Couto.

Ngungunyane foi o último imperador do Império de Gaza, no território que atualmente é Moçambique, e o último monarca da dinastia Jamine. Cognominado o Leão de Gaza, o seu reinado estendeu-se de 1884 a 28 de dezembro de 1895, dia em que foi preso por capitão português, Joaquim Augusto Mouzinho de Albuquerque na aldeia fortificada de Chaimite. (SANTOS, 2007).

Nesse quadro de elevação heroica, entretanto, começaram a emergir outras questões que contradizem as ideologias da FRELIMO quanto à construção da figura de Ngungunyane. Questiona-se a respeito das ações violentas que o soberano de Gaza, durante onze anos da sua governação, praticou contra outras tribos que não aceitaram submeterem-se ao seu governo. Colosovski (2016), numa análise crítica, debate essas questões que circundam a figura de Ngungunyane.

Omite-se, também o fato de que Ngungunhane nunca lutara contra os portugueses por Moçambique, mas sim pela manutenção do poder dos nguni sobre os territórios e as populações bantu do Reino de Gaza, da mesma maneira como o fizeram os inkosi anteriores, Muzila, Mawewe e Manicussi. Por fim, em uma narrativa oficial mais abrangente, omite-se os relatos das violências cometidas por Ngungunhane contra as populações bantu do sul de Moçambique e o caráter autoritário de sua forma de governo [...]. Exalta-se, portanto, a figura de um herói nacional de uma forma pouco crítica [...]” (COLOSOVSKI, 2016, 175)

Tendo em foco indagações como essas, o nosso trabalho tem como foco principal, analisar a trilogia *As areias do imperador*, de Mia Couto, romance histórico publicado entre 2015 a 2017, investigar de que maneira essa figura ambígua de Ngungunyane está configurada ficcionalmente na literatura contemporânea. Cumpre, porém, recordar que essa trilogia não foi a primeira ficção histórica a narrar a história do temível soberano do reino de Gaza. A primeira obra moçambicana a tratar do inescapável tema do último imperador de Gaza e, também, a abordar de maneira crítica a figura imaginária de Ngungunyane é a narrativa *Ualalapi* (1990), de Ungulani Ba Ka Khosa, publicada pela primeira vez em 1987, obra com a qual iremos dialogar brevemente nesse trabalho. Outro exemplo de texto que narrou essa história foi o primeiro conto “Quem manda aqui? ”, que compõe a trilogia *As andorinhas*, da escritora moçambicana, Paulina Chiziane, publicado em 2008.

O tema é importante para pesquisadores moçambicanos e africanistas – a despeito de serem ainda em número reduzido – e as pesquisas publicadas estão voltadas até o momento principalmente para a obra de Ba Ka Khosa. Dado o período recente da sua publicação ainda são escassos os trabalhos abordando esse tema, a figura ambígua de Ngungunyane no imaginário moçambicano, partindo da trilogia “As areias do imperador”, de Couto. Entre os trabalhos já publicados, citamos Chagas (2018)⁴, Moura (2018)⁵, Vassoler (2019)⁶ e Pereira

⁴ CHAGAS, Silvania Núbia. Nas cinzas da memória: a poeira da tradição. Pernambuco: Revista Fronteira Z –nº 20–julho de 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.23925/1983-4373.2018i20p81-97>. Acessado a 09/01/2022.

(2020)⁷, porém as abordagens tendem a enfatizar outras temáticas e a tratar exclusivamente do primeiro volume *Mulheres de Cinzas*, publicado em 2015. Supomos, portanto, que o nosso trabalho seja pioneiro a abordar toda a trilogia para analisar a figura de Ngungunyane nos termos que propomos.

Desse modo, esperamos que o presente trabalho seja um contributo para estimular outros investigadores a se dedicarem à pesquisa das literaturas africanas e, especificamente, ao gênero romance histórico contemporâneo africano, cujo terreno é muito fecundo e ainda se encontra pouco cultivado.

Como resultado preconizado, almeja-se compreender o porquê durante a narrativa coutiana, Ngungunyane ora é apresentado como um herói, ora é destacado como tirano cruel e sanguinário. Tal descrição da sua personalidade seria a chave reveladora da outra parte da sua figura histórica que social e politicamente foi oculta? Como é que as personagens e os narradores do enredo podem ser interpretados como metáfora e vozes enunciativas dessa figura de Ngungunyane? Esperamos indicar caminhos para responder à algumas dessas questões no decorrer desse trabalho.

Este trabalho monográfico será dividido em cinco seções: na primeira, pretende-se trazer alguns conceitos fundamentais a respeito do romance histórico, partindo dos pressupostos de Lukács (2011), que abordam o conceito clássico desse gênero; além disso, veremos a sua distinção com epopeia na concepção de Weinhardt (1994) e relacionando-o com o conceito contemporâneo numa esteira de Jameson (2007), Anderson (2007) e Leite (1995). Na segunda seção, traremos o texto do historiador Santos (2007) para uma contextualização do período histórico no qual a narrativa se enquadra e a rivalidade entre Portugal e Ngungunyane no sul de Moçambique no final do século XIX; para isso será feita uma análise dialógica entre história e ficção, com o primeiro volume da trilogia, *Mulheres de Cinzas* (2015). Na terceira seção, dialogando com o primeiro volume, vamos analisar o segundo volume “Sombras de água” (2016), que narra a negociação entre o governo português e Ngungunyane e, posteriormente, a sua captura. Nessa parte, vamos investigar a

⁵ MOURA, Adriano Carlos. Nacionalismo e hibridismos identitários no romance histórico *Mulheres de Cinzas*, de Mia Couto. Rio de Janeiro: Litterata | Ilhéus | vol. 8/2 | jul.-dez. 2018. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6769722>. Acessado a 09/01/2022.

⁶ VASSOLER, Sheila. **Paisagem, interdisciplinaridade, e colonialismo em Areias do imperador 1: Mulheres de Cinzas, de Mia Couto**. Passo Fundo, 2019. Disponível: <http://tede.upf.br/jspui/handle/tede/1777>. Acessado a 09/01/2022.

⁷ PEREIRA, José Paulo. **Mia Couto – As Areias do Imperador: escrever Portugal, a partir do degredo....** Algarve: Conexão Letras, Porto Alegre, v. 15, n. 23, p. 17-35, jan-jun. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.22456/2594-8962.104056>. Acessado a 09/01/2022.

figura de Ngungunyane, que denominamos de ambígua, a partir da relação entre os personagens do enredo. Na quarta seção, iremos analisar o terceiro volume “O bebedor de horizontes” (2017), o qual narra o degredo do imperador para Portugal, vamos encadear este último volume com os dois primeiros, com mais destaque para o ponto de vista dos narradores sobre a ambiguidade na figura de Ngungunyane. Aqui traremos autores como, Leite (1995), Ribeiro (2005), Colosovski (2016), Bortolotti (2019) e entre outros, cujos assuntos estão relacionados com a problemática proposta nesse trabalho.

1. O ROMANCE HISTÓRICO E SUA ATUALIZAÇÃO EM MOÇAMBIQUE

Sabe-se que a narrativa literária é construída por dados ficcionais compostos por elementos e processos que contribuem para sua estruturação, como personagens, narradores, enredo, ponto de vista, espaço e tempo. Esses elementos colaboram de maneira a criar um efeito de verossimilhança, fazendo com que uma obra literária seja um objeto artístico fechado em si mesmo no nível semântico, mas que, ao mesmo tempo, consegue dialogar com a realidade histórica e social do sujeito que a produziu. Ao passo que, a história é construída a partir do cotejo e da interpretação de registros – escritos ou orais – que narram os acontecimentos de um indivíduo, de um povo ou de um país, construindo uma trama que sustenta a representação da memória coletiva dos diferentes povos pelo mundo (Colosovski, 2016). Não obstante, apesar das suas diversidades, essas duas áreas de saber estão entrelaçadas e possuem um liame que as conecta não só porque lidam com o fenômeno de narrar, como também porque tratam da vida do ser humano e da sua ligação com sociedade. Dito isso, é possível afirmar que há questões que somente são passíveis de entrever só quando efetuamos um estudo por meio da aproximação desses dois saberes.

A relação entre a literatura e história fez com que surgisse uma das formas literárias que mais teve impacto ao longo do século XIX: o romance histórico.

Conforme Lukács (2011), o romance histórico surgiu no início do século XIX, por volta da época da queda de Napoleão, quando foi publicado *Waverley* (1814), de Walter Scott. A partir do momento da criação desse gênero, a relação entre a literatura e a história ganhou mais especial destaque no campo dos estudos literários, pois “Ao ficcionalizar figuras ou fatos historiográficos, o romance histórico nos faz refletir criticamente tanto sobre os mecanismos da narrativa ficcional e até onde eles podem ir, quanto sobre a narração construída a partir das interpretações de documentos” (Colosovski 2016, p. 169).

O romance histórico, desde seu desabrochar com Scott, em 1814, embora tenha mantido uma certa relação de contiguidade com o gênero epopeia épico, apresenta fortes aspectos que o fazem distanciar-se muito deste. Este afastamento pode ser compreendido pelo fato de que ambos os gêneros pertencerem a um mundo completamente distinto, conforme sublinha Weinhardt (1994):

O ‘epos’ já não tem lugar no presente, é um gênero fechado e encerrado como o mundo que representou, enquanto o romance é o único a se encontrar em processo de construção, capaz de dar conta da multiplicidade do presente justamente pelo seu caráter acanônico. O tempo representado na

epopéia é o 'passado absoluto', fechado e inquestionável, a ser reverenciado sem crítica, com uma hierarquia estratificada e heróis que sumarizam em si o passado heróico nacional, heróis sem fissura entre o aspecto externo e interno, direito e avesso perfeitamente idênticos, ação e modo de ser sem conflitos” (p. 50).

Outro traço importante que o faz se distanciar mais do *epos* é a construção de personagens, conforme afirma Lukács (2011):

[...] a grandeza de Scott está ligada a seu limitado conservadorismo. Ele procura o ‘caminho do meio’ entre os extremos e esforça-se para demonstrar sua realidade histórica pela figuração ficcional das grandes crises da história inglesa. Essa tendência fundamental de sua figuração se expressa de imediato no modo como ele inventa a trama e escolhe a personagem principal. O ‘herói’ do romance scottiano é sempre um gentleman inglês mediano, mais ou menos medíocre. (p. 49)

Os heróis de Scott não são figuras de alta sociedade nem da nobreza como são construídos na epopeia. Além disso, no romance histórico não há necessidade de repetir o relato de grandes acontecimentos nem centrar o enredo nas figuras centrais, como ocorre no “epos”. Pois que o seu foco é a camada popular e ressuscitar poeticamente os seres humanos comuns.

A matéria do romance é o passado histórico, ainda vivo, sujeito a revisões, inconfundível com o passado mítico, cristalizado, imutável. O romance não comporta heróis, no sentido clássico, mas seres humanos, igualmente capazes de atos heróicos determinados por motivos vis e de ações condenáveis movidas por sentimentos nobres (Weinhardt, 1994, p. 50).

A categorização de personagens era um fenômeno imprescindível desde o nascimento do romance histórico, pois que através disso que se consegue ultrapassar as linhas que os dados históricos não conseguiam alcançar, principalmente cruzar os limites restritivos da epopeia e atingir as camadas populares que, às vezes, são margeadas pelo *epos*:

Em sua forma clássica, o romance histórico é uma forma épica que descreve a transformação da vida popular através de um conjunto de tipos humanos característicos, cujas vidas são remontadas pelo vagalhão das forças sociais. Figuras históricas famosas aparecem entre os personagens, mas seu papel na fábula será oblíquo e marginal. A narrativa será centrada em personagens de estatura mediana, de pouca distinção, cuja função é oferecer um foco individual à colisão dramática dos extremos entre os quais se situam ou, mais frequentemente, oscilam (ANDERSON, 2007, p. 1).

Conforme afirmaram Jameson (2007) e Leite (1995), o romance histórico, contudo, à maneira clássica de Walter Scott, sofreu as profundas transformações ao longo dos anos, o gênero “perdeu seu prestígio quando o modo tradicional de contar uma história se mostrou inadequado para configurar maneiras radicalmente diversas de perceber o real” LEITE, 1995, p. 54), desse modo acabou por dar origem ao realismo e ao romance histórico realista.

Com o surgimento do modernismo, no século XX, esse gênero adquiriu uma outra estrutura mais inovadora e mais distinta daquela que tinha no século passado.

Os modernistas inovaram o gênero, através de um processo da subjetivação da história e daquilo que se pode denominar de transcendência da mesma. Este último aspecto refere-se à incorporação de motivos míticos. A ligação entre o passado e o presente é feita através do mito, que pressupõe uma outra lógica na temporalidade e ativação dos sentidos. Operaram também uma questão, da maior importância, para a narrativa contemporânea, auto-reflexividade. (LEITE, 1997, p. 55)

Na contemporaneidade a estrutura do romance histórico é bastante controversa, no sentido de que este gênero literário não apresenta mais características únicas e facilmente identificáveis. Parecendo reinventar, alterar, tanto as formulações clássicas quanto as realistas, continuamente dialogando com o discurso historiográfico e interpretação do passado, Jameson (2007) e Leite (1995).

A trilogia “Areias do *imperador*”, de Couto, recupera alguns aspectos estruturais do gênero, a saber: a reconstrução ficcional de principais figuras históricas, focalizar os eventos do enredo não nas figuras mais marcantes da históricas, mas sim em personagens medianas, ou seja, a camada populacional, cuja função é oferecer ao leitor uma reflexão crítica a respeito da situação extrema na qual o indivíduo está inserido e o afastamento de pormenores. Ao narrar grandes eventos históricos, apenas aqueles que são indispensáveis para manter o caráter do próprio gênero, como por exemplo, a captura do imperador e sua longa viagem ao exílio. Além disso, incorpora na trama os elementos da oralidade africana, relacionando o mundo real com o mundo mágico-mítico, o visível e o invisível, onde as casas são consideradas não só como moradas dos vivos, como também habitação dos entes sobrenaturais, assim como os rios e as florestas, e a crença no processo da encarnação, ou seja, aquilo que é denominado de *Realismo Animista*⁸ — embora isso não seja o foco deste trabalho. O que nos interessa aqui é

⁸ O termo foi cunhado em 1989 pelo escritor angolano, Pepetela, em seu romance Lueji. O animismo explica o mundo natural e o sobrenatural, o visível e o invisível, ou seja, reproduz-se na literatura a crença na existência e convivência entre os vivos e as almas dos falecidos, os entes queridos.

ver como o autor traz pela via da ficção um questionamento do passado e uma releitura crítica das fontes históricas, principalmente dos valores heroicos atribuídos à figura mítica de Ngungunyane.

2. A RIVALIDADE ENTRE PORTUGAL E NGUNGUNYANE NO SUL DE MOÇAMBIQUE EM “MULHERES DE CINZAS”.

“As areias do imperador” é uma trilogia de romances históricos que, como bem sublinha o autor, ao introduzir o primeiro volume: “é uma recreação ficcional inspirada em fatos e personagens reais”. Ele narra a história de Ngungunyane, o imperador que governou o segundo maior império africano, situado no sul do território de Moçambique (1884-1895). Entretanto, foi derrotado pelo exército português, dirigido pelo capitão Mouzinho de Albuquerque, deportado para os Açores, onde veio a morrer em 1906, e, mais tarde, seus restos mortais foram trasladados para Moçambique em 1985, (COUTO, 2015, p. 9).

O primeiro volume dessa trilogia intitulado *Mulheres de Cinzas*, foi publicado em 2015, é composto por vinte e nove capítulos; alguns capítulos são introduzidos com provérbios, outros com poemas, que trazem de maneira resumida o assunto principal de cada capítulo. No que diz respeito ao aspecto geográfico, toda a trama do enredo desenrolou-se no atual território moçambicano, isso é compreendido por se tratar de um romance histórico, uma narrativa que recria fatos reais e históricas por meio da estética ficcional.

Com relação à linguagem empregada, como em maior parte das suas obras, Mia Couto adota uma linguagem criativa, mais acessível à percepção do leitor, incorporando nela vocabulários e estruturas específicas de línguas moçambicanas dentro do português. Por exemplo, nesse primeiro livro, há emprego de seguintes palavras: *moya* = alma; *Imani* = quem é; *sivanyula* = tecidos de palha; *timbissi*=hienas; *noy* = feiticeiro e *simba* = leão. Além disso, há no romance traços do estilo realismo/naturalismo, verificado, por exemplo, na descrição escrutinada do corpo da mulher, baseada em erotismo.

A trama do enredo começa com a relação do conflito entre o imperador de Gaza, Ngungunhane, o último imperador do Reino de Gaza e Portugal que, a medo de perder suas parcelas de terras, em 1895 envia sua ofensiva militar a Sul de Moçambique, com o desígnio de afirmar o seu domínio absoluto no território até então a governo do monarca de Gaza. Nesse contexto de guerra, o jovem português, sargento Germano de Melo é enviado para ocupar um posto militar na aldeia de Nkokolani, localizada no território da etnia Vaxopi. Os Vaxopi ou Chopes, por sua vez, são um povo de território ocupado e massacrado pelo domínio dos Vanguni (tribos do imperador) e que estabeleceram, por essa razão, uma aliança de cooperação militar com as autoridades portuguesas. No posto de Nkokolani, o sargento Germano conhece um homem cujos três filhos: Dubula (que se aliou a Ngungunhane) Mwanatu (que se juntou à Coroa portuguesa) e Imani (a filha mais nova), os dois últimos

foram educados pelos portugueses numa missão católica. Germano acaba por apaixonar-se por Imani.

A história do império de Gaza⁹ começou muito antes do reinado de Ngungunyane, tal qual as contendas com os portugueses. Segundo os dados historiográficos, a formação do Reino de Gaza data de 1821, quando Manicusse, o primeiro *inkosi*¹⁰ do império nguni, se estabeleceu na região sul da atual Moçambique e ali decide fixar-se e expandir seu território com a submissão dos povos *bantus* da região, através de pagamento de tributos, guerras, casamentos e acordos de lealdade. Os tributos eram também impostos inclusive aos portugueses que ali viviam, sob pena de Guerra, uma vez que a presença portuguesa era até então muito frágil, restrita aos poucos pontos do litoral da província de Moçambique. Quando Manicusse, o primeiro imperador, faleceu, seu filho Mawewe assumiu o poder. Porém, em 1862, Muzila conseguiu depor o irmão e tornou-se o *inkosi* do reino até 1884. No entanto, para conseguir subjugar o irmão, foi obrigado a assinar o tratado de vassalagem com os portugueses, que almejavam ter o controle total do território. Depois da sua morte, Ngungunhane, seu filho, assumiu seu lugar como imperador de Gaza, (SANTOS, 2007).

O reinado de Ngungunyane coincidiu com a conferência de Berlim (1884-1885), quando começaram as disputas entre as principais potências europeias pelos territórios africanos. Perante as ameaças dos britânicos que pretendiam ligar Cairo (Egito) ao Cabo Boa esperança, o governo português foi obrigado a iniciar as negociações com Ngungunyane. Mia Couto recriou ficcionalmente os principais eventos desse período que marcaram o desafio português na tentativa de ocupar o Sul de Moçambique, como podemos constatar nas palavras do narrador português, Germano de Melo:

Os ingleses da África do Sul já nos acusam de estarmos a comprometer o prestígio da raça branca. E chegaram a propor a contratação de mercenários *boers* para pôr cobro à rebelião dos landins e à desobediência do Gungunhane [...]. Se aceitámos vergonhosamente o Ultimato dos britânicos, mais valeria perdermos uma parcela do território e com isso salvarmos a nossa dignidade onde mantivéssemos presença efetiva. (COUTO, 2015, p. 130-131).

Nesta passagem do romance, o sargento português enviado ao posto militar de Nkokolani que, por meio das suas missivas, mostrou grande duelo que Portugal tinha que

⁹A história do reino de Gaza foi contada com mais detalhes por SANTOS, Gabriel Aparecida Dos. Reino de Gaza: o desafio português na ocupação do sul de Moçambique (1821-1897). São Paulo, 2007.

¹⁰ Inkosi é o mesmo que o soberano ou imperador, no reino de Gaza.

enfrentar para conseguir ter o domínio total do território, pois que, por um lado, Portugal era atacado pelo governo britânico que ambicionava ter o controle das terras; por outro lado, tinha que lidar com o soberano de Gaza, que parecia um inimigo invicto, como bem sublinha o personagem: “[...] Não existe, entre os nossos oficiais, nenhuma crença de que sejamos capazes de derrotar Gungunhane e o seu Estado de Gaza” (COUTO, 2015, p. 34).

Por causa dessa rivalidade, baseado em dados historiográficos, António Ennes (1848-1901), que exerceu as funções do Comissário Régio durante o conflito, chegou a ilha de Moçambique no princípio de 1895, e afirmou que o propósito do governo português era o de

Assegurar nosso domínio de tal arte que não mais fosse ameaçado e discutido, e, por isso livrá-lo das contingências a que o trazia exposto o poderio do regulo de Gaza, vassalo meramente nominal, ambicioso insaciável, intrigante matreiro, que não nos amava nem nos temia, e seria sempre um temeroso auxiliar oferecido a quem empreendesse retalhar o patrimônio português na África oriental. (SANTOS, 2007, p. 17)

Perante as sucessivas ameaças dos ingleses que desejavam anexar o sul de Moçambique à República da África do Sul, e a revolta de Ngungunyane, que não queria submeter-se a Portugal, a ação militar foi vista pelo governo português como um único meio para garantir o controle sobre o território, dado que os portugueses se consideravam donos de Moçambique, por serem os primeiros a chegarem naquela terra antes da chegada do primeiro inkosi, Manicusse.

Esse “direito tradicional” parece não ter significado nada para Ngungunyane, quando olharmos no romance o diálogo entre o pai da narradora, Katini, e os soldados do imperador.

— Escuta, seu cão: nós estamos aqui para buscar as peles.
— São para quem, essas peles?
— E para quem haveriam de ser? Para o dono destas terras, imperador Ngungunyane.
— Mas nós já demos as peles.
— Deram a quem?
— Aos brancos.
— Quais brancos?
— Os portugueses.
— Os portugueses já não mandam aqui. (COUTO, 2015, p. 45)

De fato, antes da chegada dos nguni eram os portugueses que ali haviam se instalado e cobravam os impostos (SANTOS, 2007). Com a chegada, entretanto, dos VaNguni “os portugueses já não mandam aqui”, várias vezes eram obrigados a submeter-se ao soberano de Gaza, com ameaça de serem atacados por soldados VaNguni.

Nesse cenário, é importante observar o papel da população local que está localizado no centro dos conflitos. Sob o seu prisma da população, podemos ver que, talvez, quer os portugueses (que chegaram primeiro), quer os VaNguni (que chegaram depois), a ninguém pertencia o território, como sublinha a narradora principal do romance, Imani:

A nossa terra, porém, era disputada por dois pretendentes proprietários: os VaNguni e os portugueses. Era por isso que se odiavam tanto e estavam em guerra: por serem tão parecidos nas suas intenções. O exército dos VaNguni era bem mais numeroso e poderoso. E mais fortes eram os seus espíritos, que mandavam nos dois lados da fronteira que rasgou a nossa terra ao meio. De um lado, o Império de Gaza, dominado pelo chefe dos VaNguni, o imperador Ngungunyane. Do outro lado, as Terras da Coroa, onde governava um monarca que nenhum africano haveria nunca de conhecer: Dom Carlos I, o rei de Portugal. (COUTO, 2015, p. 17)

As palavras da narradora, que dá voz a população local, revelam que tanto os portugueses quanto os nguni eram “dois pretendentes proprietários”, isto é, cada um supunha ser sua aquela terra; todavia ao olhar da população local, ambos eram dois “invasores”, “por serem tão parecidos nas suas intenções, de “dominar outros povos” e “explorá-los”.

A partir de então, podemos começar a refletir sobre a figura mito-heroica de Ngungunyane e da maneira como é representada.

Como citado, a disputa entre Portugal e o soberano de Gaza foi tão dura que cindiu a população, dividindo-a em dois blocos: “Os outros povos, nossos vizinhos, moldaram-se à língua e aos costumes dos invasores negros, esses que chegavam do sul. Nós, os VaChopi, somos dos poucos que habitam as Terras da Coroa e que se aliaram aos portugueses no conflito contra o Império de Gaza [...].” (COUTO, 2015, p. 17).

É importante perceber que, na maior parte, os povos que se aliaram ao imperador de Gaza eram “moldados” aos “costumes dos invasores negros”, não por inteira vontade, visto que tanto Ngungunyane quanto os outros três imperadores que o antecederam usavam a guerra e a violência como um meio para garantir a lealdade das outras tribos, obrigando-as a pagar os tributos. As tribos que não aceitavam submeter-se ao domínio VaNguni pagavam muito caro, como afirma a narradora da tribo vítima: “Tornámo-nos VaChopi, os “do arco e da flecha”. Resistimos à invasão dos VaNguni, mantivemos a nossa língua, a nossa cultura, os nossos deuses. Pagámos caro essa teimosia. O preço para Tsangatelo foi perder-se da sua própria vida.” (COUTO, 2015, p. 113).

Dentre tribos que resistiram à dominação dos Vanguni, há o caso dos Khambanes, conforme menciona Ribeiro (2005), grupos étnicos a que pertenciam os antepassados de

Eduardo Mondlane (1920-1969) — primeiro herói da resistência moçambicana no século XX, fundador e líder da FRELIMO — que acabaram por estabelecer alianças com os portugueses. Em Khambane e Clerc (1990, p. 60), lê-se o registro do testemunho da mãe de Mondlane a conversar com o filho quando era criança.

[...] os teus antepassados foram grandes senhores que comandaram os exércitos contra o invasor zulu, há dezenas e dezenas de anos. Mas foram obrigados a submeter-se e a pagar imposto aos vencedores zulus que ocuparam o território. [...] O nosso opressor zulu, o Gungunhana, que quis expulsar os brancos, foi preso por eles e mandado para o Norte. Nunca mais foi visto... (apud RIBEIRO, p. 260-261)

Pelas palavras da mãe de Mondlane, podemos perceber que, a despeito de terem passado aproximadamente cinquenta anos, as atitudes tirânicas de Ngungunyane continuavam ainda a refletir na memória do povo moçambicano.

No enredo do romance, observamos que a relação entre o imperador e as tribos radicais ao seu governo. Ngungunyane assim como os seus antecessores usavam os meios de dominação e submissão, como raptar os filhos das famílias mais notáveis, para ganhar a lealdade de tribo por meio da chantagem, como no caso de um dos seus mais temíveis inimigos: “Xiperenyane tinha sido, ainda criança, raptado por Muzila, o pai de Ngungunyane. Essa era a prática corrente no Império de Gaza: raptavam-se as crianças das famílias notáveis. E assim se obtinha a mais rápida das lealdades: a que se impõe pela chantagem.” (COUTO, 2015, p.165).

As atitudes de Ngungunyane, de não querer conquistar de maneira digna a lealdade de seu povo, mas impô-la pela violência, arrancando das mães seus filhos, com o desígnio de forçar a submissão dos pais, estão muito longe de serem aceitas socialmente, muito menos reconhecíveis como atos de um indivíduo atribuído o estatuto de herói. Perante essa contenda, ninguém sofreria mais do que a própria população local que estava indecisa por não saber mais quem era menos pior entre os dois rivais “parecidos na sua maneira de governar”, por isso, começaram a emergir as indagações sobre um destino hipotético que o esperava:

— Mais vale Ngungunyane do que um qualquer português.
— “E se, no final desta guerra entre invasores, ganharem os VaNguni? Que diferença faz para nós?
— “Se ganharem os VaNguni, eu sempre poderei ser alguém. Que pessoas seremos se ganharem os portugueses?
Para mim não interessa a cor da cobra. O veneno que nos mata é sempre o mesmo. (COUTO, 2015, p. 250-251)

A despeito de seu modo de governar era tão semelhante, parece que alguns dentre a população preferiam o imperador — “vale Ngungunyane do que um qualquer português” — a ficar sob o jugo português.

O pai da família, no entanto, arrematou a discussão com uma frase intrigante a qual revela que os portugueses assim como Ngungunyane ambos governavam de forma que o povo não desejava, fato que colocou o povo em um dilema dificultoso, mesmo que fosse tomar parte seria porque não teve escolha perante a situação extrema, já que em sua ótica: “Para mim não interessa a cor da cobra. O veneno que nos mata é sempre o mesmo”. (p. 252).

3. “SOMBRAS DA ÁGUA” E A AMBIGUIDADE DE NGUNGUNYANE NA CARACTERIZAÇÃO DE PERSONAGENS

Sombras da água (2016)¹¹ é o segundo volume da trilogia. Composto por quarenta e cinco breves capítulos e uma nota introdutória, que retoma os principais acontecimentos do livro I. Alguns capítulos são introduzidos com provérbios, outros com poemas, os quais trazem de maneira resumida o assunto principal de cada capítulo.

No que tange aos aspectos geográficos (espaço narrativo), todo o enredo desse segundo volume desenrolou-se ao sul do território moçambicano. Como no primeiro livro, os principais acontecimentos históricos foram recriados ficcionalmente. Por exemplo, a batalha sangrenta de Coolela (onde morreram muitos moçambicanos) que marca o início da decadência do império de Gaza, a de Chicomo e a captura do imperador em Chaimite, capital do império; igualmente, a recriação das principais cidades, cujos os nomes permanecem desde a época colonial até atualidade, como é o caso de Manjacaze, Chai-Chai, Inhambane, Magul e Maputo.

Quanto ao tempo narrado, a intriga deste segundo livro se desenvolve no período que se estende de 1885, data que marca o fim da chamada Conferência de Berlim, até 1895, data na qual Ngungunhane foi capturado pelo exército português. A captura se deu após um longo período de negociações infrutíferas com os principais oficiais do exército português que exigiam do imperador africano não só o reconhecimento da soberania de Portugal sobre o território de Moçambique, mas também que se comprometesse a pagar tributos anuais, além de lhes entregar dois régulos, Mahazul e Zixaxa (considerados rebeldes). Por fim, Ngungunhane aceita todas as exigências, exceto a última. Por causa disso, os portugueses começaram a reunir um exército, comandado pelo capitão Mouzinho de Albuquerque, que iniciou uma ofensiva militar durante meses até o seu aprisionamento.

Nesta seção vamos analisar o questionamento que Mia Couto faz das fontes históricas, mormente a respeito da figura de Ngungunyane a partir da representação dos personagens de ficção.

Em *A Personagem de Ficção* (2009), Antônio Candido aborda a relevância que o elemento “personagem” desempenha nos romances modernos, afirmando que “o enredo existe através das personagens; as personagens vivem no enredo. Enredo e personagem exprimem,

¹¹ Registre-se que o título aqui referido encontra-se na edição brasileira (Companhia das Letras); nas edições moçambicana (Fundação Fernando Couto) e portuguesa (Leya-Caminho) o volume é publicado com o título original: “A Espada e a Azagaia”.

ligados, os intuitos do romance, a visão da vida que decorre dele, os significados e valores que o animam” (p. 51). Pelo prisma do expoente crítico brasileiro, a personagem vive o enredo e as ideias, e os torna vivos e, conseqüentemente, a construção da personagem é o elemento mais atuante, mais comunicativo da arte romanesca moderna, porém que só pode adquirir um pleno significado quando consideramos o papel do *contexto* a que ele pertence, e que, por consequência, no fim de contas na construção estrutural é o maior responsável pela força e eficácia de um romance.

A personagem do romance, como uma criação ficcional subordinada ao seu criador, mantém uma relação íntima com o real.

(...) a criação literária repousa sobre este paradoxo, e o problema da verossimilhança no romance depende desta possibilidade de um ser fictício, isto é, algo que, sendo uma criação da fantasia, comunica a impressão da mais lídima verdade existencial. Podemos dizer, portanto, que o romance se baseia, antes de mais nada, num certo tipo de relação entre o ser vivo e o ser fictício, manifestada através da personagem, que é a concretização deste. (CANDIDO, 2009, p. 52)

Partindo da premissa de que a personagem é um habitante da realidade ficcional e que a matéria de que é feita e o espaço que habita são distintas da matéria e do espaço dos seres humanos, porém reconhecendo, ao mesmo tempo, que essas duas realidades mantêm um íntimo relacionamento, cabe inicialmente indagarmos: de que maneira, o criador da realidade ficcional passa da chamada realidade para esse outro universo capaz de sensibilizar o receptor? Que tipo de estratégias requer esse processo capaz de reproduzir e inventar seres que se confundem, em nível de recepção, com a complexidade e a força dos seres humanos? (BRAIT, 1985). Sendo criação da personagem dependente das intenções do artista que lhe atribui as características de acordo com seus propósitos, daí que a personagem, muitas vezes, é e pode ser vista, como a “representação do universo psicológico do seu criador”.

No romance, podemos variar relativamente a nossa interpretação da personagem; mas o escritor lhe deu, desde logo, uma linha de coerência fixada para sempre, delimitando a curva da sua existência e a natureza do seu modo-de-ser. Daí ser ela relativamente mais lógica, mais fixa do que nós. E isto não quer dizer que seja menos profunda; mas que a sua profundidade é um universo cujos dados estão todos à mostra, foram pré-estabelecidos pelo seu criador, que os selecionou e limitou em busca de lógica. (CANDIDO, 2009, p 56-57).

Dito isso, quando olharmos para as personagens de Couto, podemos perceber diferentes estratégias usadas pelo autor numa tentativa de representar a figura ambígua de Ngungunyane.

Tomamos como ponto de partida o primeiro volume, *Mulheres de cinzas*, que inaugura com a relação de contendas entre Portugal e Ngungunyane, e, envolvendo concomitantemente tribos locais – como já abordamos no tópico anterior. A figura ambígua de Ngungunyane começa a ser representada a partir da divisão das tribos, onde é possível ver as que se uniram aos portugueses e aquelas que apoiavam o imperador de Gaza. Essas divergências, todavia, nem sempre se limitavam a grupos étnicos; várias vezes, acabavam por afetar a própria relação familiar, como é o caso específico da família Nsambe, dos VaChopi, em quem durante o primeiro volume foi focalizado o enredo. Apesar de essa família ter sido aliada de Portugal desde muito cedo, isso não impediu existência da clivagem entre Dubula e Mwanatu, os dois filhos do casal: “Desde cedo Dubula se mostrou inteligente e expedito. Deram-lhe um nome zulu e essa escolha já dizia do seu estranho fascínio pelos invasores VaNguni. Dubula quer dizer “disparo de arma” [...]. Dubula foi fruto de um susto, de uma faísca. Ele era como a chuva, filho de um trovão. (COUTO, 2015, p. 49)

Dubula é o primogênito do casal, aos seis anos cumpriu todos os ritos cerimoniais da sua tribo. Passava a sua vida na floresta, e a mãe apoiava-o em todas as escolhas que fazia, passava o seu tempo a preparar para o estilo de vida VaNguni, pois que teve o “estranho fascínio pelos invasores”.

Por outro lado, entretanto, temos Mwanatu, o mais novo, descrito pela narradora, como:

[...] era lerdo e incapaz. Desde criança que vivia fascinado pelos portugueses. Essa simpatia fora encorajada pelo nosso pai, que, ainda com tenra idade, o enviou para a catequese. E ficou junto comigo, internado na Missão [...]. Mwanatu foi trabalhar como ajudante do sargento Germano [...]. Residia no quartel, noite e dia, sem nunca mais nos visitar. (COUTO, 2015, p. 50).

Diferentemente do irmão mais velho, Mwanatu foi educado por padres, onde apreendeu a escrever e a ler. Suas crenças e os ritos tradicionais da sua tribo foram apagados da sua história. Tudo que fala ou faz assemelhava à cultura lusitana. Sempre era apoiado pelo pai que, depois de catequisado, enviou-o ao quartel português para servir como sentinela, confiante na promessa de que unir aos portugueses era a única maneira de salvar a sua família das mãos de Ngungunyane.

A divergência entre os dois filhos da família Nsambe, ora pode servir como sinédoque, ou seja, representando o povo na sua generalidade, como bem cita a personagem narradora — “As diferenças entre os meus dois irmãos traduziam os dois lados da fronteira que separava toda a nossa família” (COUTO, 2015, p.50), ora pode estar a metaforizar a própria ambiguidade da figura de Ngungunyane e da maneira como é depreendida no seio do povo moçambicano, já que esses dois filhos do mesmo sangue possuem duas visões apostas sobre o soberano de Gaza.

Nessa primeira fase dos acontecimentos do enredo, toda a preocupação do povo é apenas simbolizada a partir das atitudes da família Nsambe, como, na segunda carta do primeiro volume, citou o narrador português, Germano de Melo:

[..] disseram-me que há em Nkokolani uma família de chopes que muito nos é aficionada e que é totalmente dedicada à nossa peleja contra o diabo do Gungunhane. Dizem ainda que o chefe dessa família cristã já colocou à minha disposição um filho e uma filha, ambos falantes do português e educados nos nossos preceitos lusitanos [...] (COUTO, 2016, p. 60)

A decisão do pai ao ponto de ceder seus dois filhos à causa lusitana, por um lado, justifica seu desespero numa tentativa de salvar sua família das mãos de Ngungunyane, visto que nem ele nem sua família conseguiam mais caminhar sozinho pela floresta nem pelos rios sem serem atacados pelos soldados do imperador, como é o caso da sua mulher no trecho seguinte.

Passados anos, os intrusos regressavam com a mesma ameaçadora arrogância. Reconfirmando medos antigos, aqueles homens cercavam a minha mãe com a estranha embriaguez que os adolescentes sentem apenas pelo facto de serem muitos. As costas tensas de Chikazi sustinham, com vigor e elegância, o carregado da água sobre a cabeça. Assim exibia a sua dignidade contra a ameaça dos estranhos. Os soldados entenderam a afronta e sentiram, ainda mais viva, a urgência de a humilhar. De pronto derrubaram a bilha e festejaram, aos gritos, o modo como ela se quebrou de encontro ao chão. E riram-se, vendo a água encharcar o corpo magro daquela mulher. Depois, os militares não precisaram de esforço para lhe rasgar as vestes, havia muito transparentes e coçadas. (COUTO, 2015, p. 22).

O excerto indica que a violência dos soldados do imperador não era algo recente, mas desde muito tempo que a têm cometido contra os moradores do vilarejo, desde a época dos antecessores; isso pode ser compreendida na própria charada da vítima, que após desnudada implorou:

— Não me façam mal — implorou. — Estou grávida.
— Grávida? Com toda essa idade?

- Grávida? Você? De quantos meses?
- Estou grávida de 20 anos. (COUTO, 2015, p. 22).

Por outro lado, podemos reparar que a mesma preocupação que invadia essa família encobria também outras famílias da vila, desesperadas e “empenhadas na fabricação de um messias salvador”, capaz de livrá-las de um inimigo.

[...] esta gente nutre tanta esperança na chegada de Mouzinho e da sua cavalaria. Existem, de facto, outras razões que concorrem para essa adesão à figura de Mouzinho: a primeira é que há muito que a gente de Nkokolani está cansada de conversações. E ficam perplexos com a nossa atitude de, em vez de fazermos guerra contra o inimigo comum, insistirmos em negociar com quem não tem palavra. (COUTO, 2015, p. 80)

Nesse cenário é possível compreender a própria impressão da população que tenta construir uma imagem imaginária de Ngungunyane, caracterizando-o como um ser não só com as feições físicas incomuns opostas à natureza, mas também como um homem cruel:

- Você confia nos da sua própria raça?
 - Como posso confiar? Veja o caso dos VaNguni...
 - Diga-me, Binguane: você acabou de visitar Ngungunyane. Eu sempre quis saber como ele é. Como é esse Umundungazi?
 - E o que interessa o que ele é?
 - Dizem que é homem mau, que lhe nasceram os dentes de cima antes dos de baixo. Foi por isso que lhe deram o nome. Sabe o que quer dizer na língua deles Umundungazi?
 - Já disse que não interessa. Vocês dão demasiada importância a esse homem. É isso que engrandece o inimigo. (P.105)
- Ambos sabiam: Umundungazi quer dizer “o destruidor da nação”. (COUTO, 2015, p. 176-177).

A imaginação em torno da figura de Ngungunyane, vista como “o destruidor da nação”, não era uma imaginação que surgiu à toa, mas possui a própria materialidade pelas ações que cometia, a partir disso, podemos observar que o grande anelo do povo de ver o império de Gaza demolido não era em vão; é claro que se o soberano de Gaza fosse um rei que procurasse o melhor para sua comunidade, o povo não se aliaria a Portugal, muito menos desejaria a sua decadência. Não obstante, isso foi avesso, afinal é o próprio autor, Mia Couto, ao introduzir o segundo volume, que nos lembrou: “[...] Os Vaxopi são um povo ocupado e massacrado pelo domínio dos Vanguni e que estabeleceram, por essa razão, uma aliança de cooperação militar com as autoridades portuguesas.” (COUTO, 2015, p. 9).

Desse modo, podemos compreender que comportamentos violentos de Ngungunyane para com outras tribos, que rejeitaram a ficar sob o seu domínio, fizeram que o povo ansiasse

a sua queda, a própria narradora não ocultou essa violência no relato sobre os soldados que invadiam e destruíam as vilas: “Os soldados inimigos retiraram-se, não sem antes deitarem fogo a casas da periferia da aldeia e raptarem jovens e mulheres que vinham das machambas. Plantações foram devastadas e muita gente ficou sem nada para colher ” (COUTO, 2015, p. 218).

Mia Couto, todavia, desde o princípio do enredo até o segundo volume, não apresentou Ngungunyane diretamente na trama, focalizou mais a narrativa em “personagens medianos”, toda a maneira de governar do imperador e sua personalidade brutal são representadas através das ações dos seus soldados, os quais aparecem na intriga como a sua “silhueta”, como cita o sargento português, Germano: “O ódio do militar *nguni* pelos nativos de Nkokolani confirmou-se nas notícias que me chegaram nos dias seguintes. Porque recebi consecutivas queixas dos Chopes sobre atrocidades praticadas pelas tropas de Gungunhane. ” (COUTO, 2015, p. 183). Ou seja, o ódio que o imperador tinha contra os moradores da vila é apenas materializado pelos soldados que estavam à mercê do seu poderio.

Depois da destruição da aldeia de Nkokolani e morte de várias pessoas causada pelo exército de Ngungunyane, o pai da família cansado de ter que perder mais membros da sua família, de ter que aguentar mais o sofrimento que seu povo passava, decide oferecer ao imperador sua única filha: “— Você não entendeu, Imani. Essa é a intenção: você casa com ele primeiro. Depois, mata-o. Quem mais senão uma rainha pode ter na mão a vida de um rei? ” (COUTO, 2016, p. 220).

O sacrifício da filha não era por um motivo vil; era, no entendimento do pai, para um propósito maior, pois o pai acreditou “Estou a lutar pelos que têm ainda que viver. Os outros...”. Estes “Outros” já “foram assassinados por Ngungunyane”, ninguém pode lutar mais por eles; não obstante, é preciso alguém disposto a sacrificar-se pelos presentes. (COUTO, 2016, p. 219-220).

Outro elemento imprescindível para a compreensão da figura de Ngungunyane está relacionado à maneira como ele conseguiu chegar ao poder após a morte do pai, Muzila; visto que ele não era o verdadeiro herdeiro do trono. Na penúltima parte do segundo volume, houve a primeira aparição direta de Ngungunyane na trama, em seu diálogo com o médico suíço Liengme, o imperador, já agonizado, afirmou:

— Chama-se Mafemane. É o meu irmão. Fui eu que o matei. É isso que dizem.

— Dizem?

— Não o matei, quem o matou foram os mais velhos e os indunas. Eu apenas acatei a ordem [...]. (COUTO, 2016, p. 270-271).

Esse Mafemane ou Mafumana, de acordo com os dados historiográficos, era o herdeiro legítimo, o qual deveria suceder o pai. Todavia Ngungunyane por causa do trono, assassinou-o. Esse relato do assassinato do irmão também aparece em *Ualalapi* (1990), de Khosa. O mais importante, embora recriado por Mia Couto e Khosa ficcionalmente, esse fato está registrado no Arquivo Histórico Ultramarino de Moçambique, Paiva de Andrada (1886):

[...] ‘Mudungase teria mandado matar o Mafumana’, com receio de que viesse a disputar a sucessão: Antes, porém, de eu partir chegou à Gorongosa a notícia de que Musila, que os landins tinham deixado de boa saúde, morrerá quase de repente [...] poucos dias depois de começada a viagem, soube que Mudungase, um dos filhos de Musila que os landins na Gorongosa indicavam como um provável sucessor, tinha efetivamente como tal sido reconhecido, e que ele, recaído que o seu irmão, Mafumana, o mais guerreiro e mais para temer dos filhos de Musila, não se conformasse com opinião geral e conspirasse para subir ao trono, o mandára matar, com a mulher e todos os filhos machos [...]. (Apud SANTOS, 2007, p. 132)

Através da descrição acima, podemos observar as características das atitudes de Ngungunyane ou Mudungase¹², um indivíduo que está disposto a assassinar o seu próprio irmão, sua “mulher e todos os seus filhos machos”, só para garantir a sua ascensão ao trono. Como já vimos, não se trata somente de um fato ficcional, não obstante, os dados históricos colaboram para comprovar os atos negativos praticados por Ngungunyane durante seu governo. Isso nos leva a questionar sobre a decisão tomada pela FRELIMO, após a independência, ao eleger Ngungunyane como primeiro herói nacional, ignorando seus aspectos negativos e autoritários. Khosa assim como Couto são autores contemporâneos a assumir uma posição inequívoca a respeito da figura de Ngungunyane, levantando abertamente críticas que vão de encontro ao imaginário fabricado, de um herói dotado de espírito de “coragem”, “inteligência” e “liderança”.

Chegado ao período mais crítico do império, cansado das negociações, Portugal começou a reunir

[...] um batalhão com novecentos praças acabados de desembarcar da Europa. Seguiram-se vários outros batalhões de infantaria e artilharia. Traziam consigo dez bocas de fogo e duas metralhadoras. As munições de infantaria elevavam-se a dois milhões de cartuchos. Parada militar daquela

¹² Era conhecido como Mudungase, ao tomar o trono de Gaza, assumiu o cognome de Ngungunhana ou Ngungunyane, que significa o “terrível” ou o “invencível”, (SANTOS, 2007, p. 137)

envergadura jamais se viu em toda a nossa África [...]. (COUTO, 2016, 2016, p. 311)

E as tribos aliadas “Panga e Homóine entregaram dois mil cipaios. Os régulos de Massinga e Zavala contribuíram igualmente para o assalto final à corte de Ngungunyane” (p. 269). A partir de então tudo começou a ficar bem explícito do tipo de líder que Ngungunyane era, um imperador que seu povo não amava, tudo que dele desejava é a destruição, por isso todo mundo estava jubiloso com a sua decadência: “Mas a aparição dos nossos cavaleiros deixou entre o gentio um rasto de indescritível exaltação. Com pueril entusiasmo os cafres corriam ao lado dos cavalos e mesmo os que já eram adultos ganharam olhos e risos de crianças ” (COUTO, 2016, p.311). Não se tratava somente do povo civil que se alegrava com a derrota iminente que ia cair sobre o imperador, como também: “[...]. As tropas dele desertavam em massa. Fugiam os soldados da fome, emigravam para as minas, regressavam aos lugares onde tinham sido raptados” (COUTO, 2016, p. 257).

Os soldados fugiam não só por causa da mera “fome”, como pode-nos parecer em simples linhas do papel, mas talvez a razão fundamental seja: “tinham sido raptados” quando eram crianças, afastados do convívio dos seus familiares, por um imperador que desejava conquistar a lealdade do seu povo, usando a violência como receita básica. A sua queda daria essa oportunidade para cada um voltar aos seus pais.

Diante dessas ameaças, Ngungunyane ficou desesperado ao ponto de entregar dois dos seus companheiros aliados, os quais há muito tempo rejeitara ceder aos portugueses, com intuito de salvar-se.

— O nosso rei mandou que vos trouxéssemos este homem. Nós conhecemo-lo como Uamatibjana, vocês chamam-lhe Zixaxa. Aqui está ele.
As mulheres foram empurradas com mais violência e nada pôde evitar que se esparramassem no chão. O Vátua que dirigia a comitiva voltou a usar da palavra:
— Cumprimos a nossa parte — disse o emissário —, agora cumpram vocês a vossa. Acabem de imediato com a guerra. (COUTO, 2016, p. 330).

A personagem de Ngungunyane parece, como já vimos nos trechos acima, sempre pronta a fazer tudo que é necessário para garantir seu bem-estar. Tal comportamento pode-nos levar a excogitar sobre o estatuto do herói que lhe foi atribuído, dado que “Define-se o termo

herói como um homem extraordinário pelas suas qualidades guerreiras, triunfo, valor ou magnanimidade”.¹³

Ainda sobre o conceito de herói, afirmam Valle e Telles (2014), “as qualidades inerentes a um determinado herói devem estar intimamente ligadas aos valores de sua época e às necessidades de um povo”. A personagem de Ngungunyane, como é construído no enredo, suas necessidades sempre sobrepõem ao povo, e a dos outros, isso ficou patente quando foi capturado por Mousinho.

Escutei a multidão explodir em delírios, os guerreiros batendo com escudos no chão. Um grupo de mulheres passou por nós gritando:
— Gungunhana sentou no chão! Os portugueses já o têm amarrado.
E passaram grupos de pessoas cantando em coro:
— Abutre, abutre, vai-te embora, abutre. Nunca mais assaltarás as nossas galinhas. (COUTO, 2016, p. 368)

Em *Memórias de África e oriente*, Raul Bernardo Honwana (2010) afirmou:

Nunca se conseguiu perceber bem o verdadeiro sentimento dos Nguni em relação ao Gungunhana. Sem dúvida que o reconheciam como chefe militar e político, mas tinham-lhe mais medo do que amor. Consta-se que, quando finalmente Gungunhana foi levado pelas tropas de Mouzinho de Albuquerque, aquela multidão gritou o seguinte: ‘Hamba kolwanyana kadiuqueda inkuku zetu’, expressão zulu que significa “Vai-te embora, seu abutre que dizimas as nossas galinhas’. (Apud COUTO, 2016, p. 373)

Ngungunyane não era um imperador que seu povo amava, pois que suas ações não contribuíram para que fosse reconhecido, por isso “tinham-lhe mais medo do que amor”. Ser herói significa ter qualidades e valores reconhecidos pela sociedade a que o herói pertence (VALLE & TELLES, 2014).

Tudo isso ficou ainda mais nítido, quando os presos estavam a ser transportados para Maputo, uma vez que dentre os prisioneiros estavam também outros régulos que o próprio Ngungunyane traiu e entregou aos portugueses numa tentativa de se salvar, sobre um destes prisioneiros, Zixaxa, o povo fez um outro canto diferente daquele que dedicou ao imperador.

É este o jovem, é o nosso jovem que eles querem matar.
É ele o glorioso, é o nosso motivo de glória.
Lutou contra os brancos, fugiu para Cossine.
Agora foi preso. E levam-no para longe...
— É de Ngungunyane que falam? — Indaga o comandante.

¹³ In: *Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa* (1986), Apud VALLE & TELLES, 2014, p. 1.

— Não, Excelência. Os homens cantam em louvor de Zixaxa. (COUTO, 2017, p. 94-95)

Nesse trecho, podemos compreender que o próprio povo não reconhecia Ngungunyane como herói, pois quem a população considerava o herói era Zixaxa, a quem com grande devoção entoava o canto em sua memória. A queda do imperador era o motivo de grande festejo não só para os vivos, como também até os mortos ergueram-se para festejar por causa da sua destruição.

O som dos tambores faz-me dançar e o chão balança com a embriaguez do mar. Num ápice, estou aos pulos no meio da avenida. O coração é agora um tambor e o meu corpo já não me pertence. Olho em redor e tudo é nevoeiro. Não consigo destrinçar os prisioneiros dos milhares de negros que assistem ao desfile. Estão todos misturados, os que choram e os que festejam. E dançam juntos os tiranos e os escravos. Os que antes se guerreavam estão abraçados na cidade dos brancos. Na mão direita trazem a azagaia dos zulus. Na esquerda exibem o machado de meia lua dos vandau. Dos ombros pendem os arcos com que nós, os vatxopi, resistimos à ocupação dos vanguni. E todos acenam com as mesmas armas com que foram mortos como se fossem vitoriosas bandeiras (...) (COUTO, 2017, p. 133)

A partir da análise feita até aqui, é possível compreender que apesar de Couto tenha dado alguns papéis a suas personagens numa tentativa de figurar a parte heroica de Ngungunyane, porém, por mais que isso pareça muito submerso no texto de modo implícito – como por exemplo, a divisão das tribos, das famílias e dos irmãos, que ilustramos, no introito deste tópico – ficou muito mais patente que ele se debruça sobre personagens que indicam claramente atitudes violentas do imperador, como se o autor traçasse uma linha fixa e linear para cada personagem e sua respectiva atuação na trama, o que nos impossibilita afirmar que as atitudes das personagens contribuem para representar a parte positiva da figura de Ngungunyane, por conseguinte, contribuem mais para configurar outra parte da sua imagem que foi oculta pela FRELIMO numa tentativa de construir um símbolo da unidade nacional e a materialização do projeto Homem Novo¹⁴, criado pelo partido num período em que o país se encontrava em meio ao conflito de Guerra Cível (GALLO, 2018).

¹⁴ Após a independência do país e perante as ameaças internas, a FRELIMO adotou a ideologia socialista de viés soviética, onde várias medidas foram implementadas, “Naquele contexto, os considerados improdutivos e subversivos, a exemplo de diversos artistas e críticos do sistema, foram enviados para campos de reeducação a fim de aprenderem o valor do trabalho coletivo e se transformarem no chamado Homem Novo Moçambicano, que deveria substituir as velhas categorizações do período colonial e dirimir o poder da estrutura tradicional, considerada tribal” (GALLO, 2018, p. 137).

4. “O BEBEDOR DE HORIZONTES” E A AMBIGUIDADE DE NGUNGUNYANE A PARTIR DO PONTO DE VISTA DOS NARRADORES

Nesta seção vamos debruçar sobre a figura ambígua de Ngungunyane, enfatizando a cosmovisão dos narradores, analisando *O bebedor de horizontes* (2017). O livro é composto por trinta capítulos e anexo na última parte, o qual traz uma contextualização de toda obra a partir de várias referências históricas, por exemplo, na página trezentos e onze, há um mapa político, no qual estão assinalados os principais lugares do Sul do território moçambicano onde ocorreram os eventos mais icônicos da história que remontam ao período do século XIX. Na página seguinte, há um retrato da figura do imperador, Ngungunhane e régulo Zixaxa; em seguida, veio a ilustração da figura do comandante Álvaro Andrea; o retrato das sete rainhas do imperador, o de governador geral de Moçambique, Mouzinho de Albuquerque (1894-1895), a ilustração dos prisioneiros negros com as mãos decepadas, o que rememora a violência do colonizador, por fim, podemos encontrar retratos de outras figuras importantes que marcaram a história da colonização portuguesa daquela época, assim como o dos lugares e dos navios, como é o caso da Corveta Capello, o navio que transportou o imperador e outros prisioneiros do estuário do rio Limpopo a Lourenço Marques, atual cidade de Maputo.

No que concerne aos aspectos geográficos, a maior parte dos eventos do enredo desenvolveu-se pelo longo curso traçado pelo oceano atlântico, outros fatos ocorreram em território moçambicano. A narrativa deste último livro está situada entre o período de 1895 a 1896, quando Ngungunyane foi capturado por capitão Mouzinho e deportado para Portugal.

O enredo desse derradeiro volume da trilogia prima com a longa jornada marítima do imperador, que estava a ser deportado para Portugal, a bordo havia outros presos, os quais, durante a jornada, tentaram assassinar o imperador, no entanto a personagem narradora, Imani, que foi levada como tradutora, procura sempre achar uma maneira para salvá-lo. A Imani foi levada para Portugal, enquanto estava grávida, juntamente com as sete rainhas de Ngungunyane, seu pai ficou em Moçambique assim como o seu amado, Germano.

Depois de algum período em Lisboa, o imperador e régulo Zixaxa foram deportados para ilha dos Açores, Imani e rainha Domboia foram enviadas para São Tomé e Príncipe, após ter sido roubado o filho pela sogra, e outras seis rainhas foram exiladas para Cabo-Verde.

Quanto ao foco narrativo, desde o primeiro ao terceiro volume a narrativa é feita em 1ª pessoa do singular, há, portanto, no enredo a construção de um narrador testemunha (um

personagem que conta a história principal sem conhecimento profundo dos eventos e de outras personagens).

Ligia Chiappini Moraes Leite (2002), em seu ensaio sobre *O Foco Narrativo*, partindo do postulado de Norman Friedman, a autora faz uma abordagem sobre o narrador por meio de questões como: quem conta a história, a partir de que ângulo o faz? Quais os artifícios o narrador usa para desenvolver o enredo, pensamentos, sentimentos, do autor ou da personagem? O narrador deixa o leitor próximo ou longe da história ou os dois? Por meio dessas questões, autora fez um estudo esquematizado do assunto. Aqui destacamos a terceira categoria de narrador indicada pela autora: “Eu como testemunha”. Pode-se afirmar que as estratégias usadas por Couto em sua trilogia encaixam-se nesta classificação, ou seja, o autor cria um, ou mais, narrador testemunha, que não só participa ativamente nos eventos, como também narra-os a partir do seu ponto de vista, seja de forma livre, seja por meio das epístolas (cartas).

Ele narra em primeira pessoa algo de que ele participa ou praticou, podendo ser o protagonista ou uma personagem secundária.

No caso do "eu" como testemunha, o ângulo de visão é, necessariamente, mais limitado. Como personagem secundária, ele narra da periferia dos acontecimentos, não consegue saber o que se passa na cabeça dos outros, apenas pode inferir, lançar hipóteses, servindo-se também de informações, de coisas que viu ou ouviu, e, até mesmo, de cartas ou outros documentos secretos que tenham ido cair em suas mãos. Quanto à distância em que o leitor é colocado, pode ser próxima ou remota, ou ambas, porque esse narrador tanto sintetiza a narrativa, quanto a apresenta em *ceNAS*. Neste caso, sempre como ele as vê. (LEITE, p. 36-37).

Visto que se olharmos para o enredo, podemos compreender que ele não segue um só foco, portanto, é feito de uma maneira alternada, entre dois narradores que intercalam as vozes durante a maior parte da trama. A narrativa do narrador português, Germano, que é feita por meio de epístolas, é cheia de subjetividade e monólogo ou solilóquio¹⁵; porém seu enredo fica sempre encadeado dentro da intriga principal da Imani, que desempenha o papel da narradora central, uma vez que os principais elementos da trama, isto é, da relação conflitante entre soldados VaNguni, a monarquia portuguesa, tribos locais e,

¹⁵ É uma forma direta e clara de apresentação dos pensamentos e sentimentos das personagens; ou um momento na narrativa onde a personagem fala consigo mesmo “monólogo interior”, FRYE (1974). No caso do personagem narrador, Germano, porta durante a intriga apresenta um discurso voltado para expressar seus sentimentos e angústias do seu espírito; muitas vezes, foge do foco narrativo para manifestar sua tristeza, por ter sido exilado em Moçambique para cumprir a pena pela sua insurreição.

consequentemente, o longo exílio do imperador até Portugal só é compreendida claramente a partir da voz desta.

Os artifícios do romancista merecem nossa especial atenção, uma vez que tudo assinala ao fato de Ngungunyane ter convivido com os do seu povo e com os da nacionalidade estranha (os europeus) que acabaram por construir duas imagens sobre ele, e para ilustrar mais essa dualidade que circunda essa mesma figura, Mía Couto tomou a iniciativa de usar uma estratégia ao primar seu foco narrativo, elegendo três narradores: os militares portugueses, sargento Germano e tenente Ayres de Orneles, que apresentam Ngungunyane do ponto de vista europeu e a jovem moçambicana, Imani, que nos possibilita ver Ngungunyane a partir do olhar da população local.

Desde o princípio ao fim da narrativa, a narradora Imani em nenhuma ocasião narra aspectos positivos associados a Ngungunyane, tal como ficou construído a partir de dados historiográficos. Os narradores portugueses, não obstante, ora descrevem Ngungunyane como um tirano cruel, ora atribuem-lhe aspectos positivos, os quais se aproximam daqueles construídos pelo discurso historiográfico. Veremos em seguida o olhar de cada narrador.

A narradora moçambicana, logo ao meio do conflito entre Portugal e VaNguni sobre o território, apresenta um discurso o qual indica que ela não reconheceu Ngungunyane como soberano a quem deveria pertencer a terra de Gaza disputada: “A nossa terra, porém, era disputada por dois pretendentes proprietários: os VaNguni e os portugueses. Era por isso que se odiavam tanto e estavam em guerra: por serem tão parecidos nas suas intenções.” (COUTO, 2015, p. 17).

Pelo prisma da narradora, o território não pertencia aos portugueses, nem ao imperador de Gaza, porque ambos são “dois pretendentes proprietários” e “parecidos nas suas intenções”. Essa similitude entre Portugal e o reino de Ngungunyane é vista na maneira como ambos desejavam governar e controlar o território, dado que usavam a mesma receita, que é a violência, baseada em exploração.

No seguinte excerto, entretanto, as palavras da narradora podem-nos dar outra impressão de que, talvez, os dois rivais não sejam tão parecidos tanto quanto ela tinha afirmado no trecho anterior: “Os outros povos, nossos vizinhos, moldaram-se à língua e aos costumes dos invasores negros, esses que chegavam do sul. Nós, os VaChopi, somos dos poucos que habitam as Terras da Coroa e que se aliaram aos portugueses no conflito contra o Império de Gaza.” (COUTO, 2015, p. 12).

O que podemos constatar no trecho acima é que, a despeito de ambos serem parecidos (os portugueses e VaNguni), a narradora e sua tribo preferem aliar-se aos portugueses a ficar ao lado dos “invasores negros”, o que implica que a balança pende a favor dos portugueses. Isso não está apenas restrito a esse ponto, mas também pela maneira como a narradora apelida o imperador de Gaza e seus soldados, mencionados, várias vezes, como: “invasores”, “intrusos” e “hienas”, o que não ocorre quando ela refere aos portugueses.

Além disso, Imani, durante a narrativa, aparenta ser uma narradora com uma ótica parcial perante o julgamento dos fatos; visto que não assume qualquer posição para narrar os acontecimentos violentos praticados pelos exércitos portugueses nem se mostra muito abalada perante seus atos, por exemplo, quando o irmão foi morto pelo exército português a sua reação foi: “A notícia, por terrível que fosse, não era surpresa para mim” (COUTO, 2016, p. 169). No entanto, ela é sempre atenciosa para saber e descrever, de maneira escrutinada, a personalidade e os feitos cruéis de Ngungunyane: “Sabes o que faz Ngungunyane com os corpos dos inimigos mais poderosos? Tira-lhes o coração e as vértebras para depois os reduzir a pó e os dar a comer aos seus soldados.” (COUTO, 2015, p. 260).

Quanto ao narrador português, Germano de Melo, apesar de não ter reconhecido Ngungunyane como dono das terras de Gaza, não conseguiu, contudo, esconder que admirava sua grandeza —“Não existe, entre os nossos oficiais, nenhuma crença de que sejamos capazes de derrotar Gungunhane e o seu Estado de Gaza” (COUTO, 2015, p. 34).

O discurso de Germano de Mello assemelha ao do tenente Ayres de Orneles, que estava à vanguarda das negociações com Ngungunyane. O trecho abaixo, citado por Mia Couto no primeiro volume, é igualmente usado na parte introdutória de Ualalapi (1987), de Khosa, descreve as palavras de Ayres de Orneles, como sujeito histórico, exaltando a personalidade de Ngungunyane.

Quando o rei de Gaza surgiu, os regimentos de guerreiros do Gungunhane entoaram o seu canto de guerra. Nada no mundo pode dar ideia da magnificência daquele hino. A harmonia do canto, cujas notas graves e profundas, vibradas com entusiasmo por mais de seis mil bocas, fazia-nos estremecer até ao íntimo [...]. (COUTO, 2015 p.169)

No discurso historiográfico, o tenente Ayres reconheceu a soberania de Ngungunyane e o seu majestoso império, de igual modo na criação ficcional de Couto, a personagem de Ayres mantém com a mesma visão positivamente fixa e linear sobre a figura de Ngungunyane, pois ele mesmo afirmou numa das suas cartas: “ E ali se confirmou a artilosa inteligência do nosso adversário. Maldizem os meus colegas a selvajaria de Gungunhana. Pois

eu tenho que reconhecer nele a sagacidade de um extraordinário negociador [...]” (COUTO, 2016, p. 63).

De acordo com dados históricos, (LOPES, 2006, p. 11-12), o tenente Ayres de Orneles foi um militar português que exerceu cargo do governador-geral de Moçambique de 1896 a 1898, onde destacou-se nas “Campanhas de Conquista e Pacificação das colónias portuguesas da África”; durante esse período, o governador terá conhecido o imperador de Gaza acerca do qual veio a relatar em seus relatórios, dados que foram usados posteriormente por Khosa na parte introdutória de Ualalapi; no registro, o governador geral descreve Ngungunyane como

É um homem alto [...] e sem ter as magnificências ficas feições que tenho notado em tantos seus, tem-nas, sem dúvida, belas, testa ampla, olhos castanhos e inteligentes e um certo ar de grandeza e superioridade [...]. Só direi que admirei o homem, discutindo durante tanto tempo com uma argumentação lúcida, e lógica [...] (KHOSA, 1990, P. 19).

Como acabamos de citar, nos três trechos acima – o primeiro e o terceiro é um dado histórico, o segundo é a criação ficcional de Couto – o tenente Ayres de Orneles não apresenta aspectos negativos de Ngungunyane; antes, traz um discurso semelhante àquela construída pela FRELIMO, que atribui a Ngungunyane as qualidades de um homem “belo”, “inteligente”, dotado de “grandeza e superioridade”.

Há, entretanto, outro registro histórico feito por Dr. Liengme, O médico e missionário suíço que viveu na corte de Ngungunyane por 4 anos, no qual o imperador de Gaza é descrito como: “Era um ébrio inveterado. Após qualquer das numerosas orgias a que se entregava, era medonho de ver com os olhos vermelhos, a face tumefacta, a expressão bestial, que se tornava diabólica, horrenda, quando, nesses momentos se encolerizava (...). ” (Apud COLOSOVSKI, 2016, 175). Desse modo, podemos reparar que, quer em dados históricos, quer na criação ficcional, há duas visões diametralmente opostas a respeito da figura de Ngungunyane.

A derrota de Ngungunyane pelo exército português é um ponto culminante de todo enredo, pois que a partir de então os narradores começaram a adquirir discursos mais ambíguos.

Na ocasião da detenção, a narradora moçambicana, Imani, mostrou o quão odiava o imperador.

[...] a grande mulher, em prantos, se lançou aos pés do militar português. Implorava que fossem poupadas a vida do seu filho e a do seu neto Godido. No sentido inverso, eu suplicava secretamente que aquela espada descesse sobre o imperador e aquelas mãos brancas vingassem os meus irmãos

negros. O choro da mãe, porém, foi mais forte que o meu apelo a Deus. (COUTO, 2016, p. 364)

Por perder quase tudo na vida: sua mãe, seus irmãos e sua vila por causa de Ngungunyane, talvez a narradora tenha razão de assim o desejar “que aquela espada descesse sobre o imperador e aquelas mãos brancas vingassem os meus irmãos negros”; porque parece que ao seu olhar uma mera prisão seria algo gratificante, quando equiparada à atrocidade cometida pelo imperador contra sua tribo e, principalmente, contra sua família.

O comportamento da narradora, todavia, começa a mudar radicalmente durante o degredo de Ngungunyane.

Primeiro, por ter revelado, várias vezes, que começou a experimentar um novo sentimento pelo imperador; esse sentimento parece sobrepor ao ódio do passado que sentia por ele.

Ngungunyane está sentado à chuva num solitário banco de madeira [...]. Replico em tom maternal: É melhor que ele se resguarde, vai ficar doente [...]. Ajeito o capote sobre os ombros do rei. O corpo estremece-lhe [...]. Ergue-se e caminha a meu lado como se fosse um sonâmbulo [...]. Ao descer a escadaria que conduz aos nossos quartos apoia um braço em mim [...]. (COUTO, 2017, p. 191-192)

Segundo, por ter denunciado o plano dos outros prisioneiros negros, cujos planos eram tentar matar Ngungunyane durante a viagem, contudo ela pediu ao capitão do navio para aumentar a vigilância e proteção ao imperador: “O meu propósito é firme: venho denunciar os ardilosos planos de Machava. Não refiro nomes nem me espraio sobre detalhes, mas sou categórica quando revelo a existência de conspirações para assassinar Ngungunyane. ” (COUTO, 2017, p. 194).

Terceiro, por ter rejeitado de traduzir títulos de jornais, quando chegaram a Portugal, nos quais Ngungunyane é tachado de epítetos negativos, e a narradora, como tradutora, reagiu: “Abstenho-me de traduzir os títulos. Tratam Ngungunyane como a «fera cruel», o «régulo sanguinário», «o brutal tirano, aliado dos ingleses»”. (COUTO, 2017, p. 230).

Ela que a princípio repudiava o imperador e chegou mesmo a preferir que fosse morto pelos portugueses a ser aprisionado; porém o fato de ter negado traduzir os apelidos pejorativos que lhe atribuíam indicava uma reviravolta na sua atitude, a qual nos pode levar a inferir duas impressões a partir do seu comportamento:

A primeira impressão, é que ela, a despeito de tudo que o imperador praticou, não o tenha considerado, porventura, completamente um “régulo sanguinário” ou um “tirano brutal”; tal como está a ser alcunhado pelos portugueses, por isso tinha que abster-se.

A segunda impressão, é que ela, talvez, tenha concordado com os apelidos negativos atribuídos a Ngungunyane; porém, apesar disso, queria resguardar esse segredo só para si; não queria expor isso a esposas do imperador, nem a seus filhos, nem a outros reclusos que estavam presentes. Almeja, por isso, guardar esse fato sigiloso dentro de si para honrar a “Memória de Ngungunyane”; ocultá-lo para que ninguém soubesse dessa “Versão da História” (que fala dos aspectos negativos do imperador). Dessa maneira, estará a pavimentar o caminho para a construção do imaginário coletivo, uma vez que, apesar do povo não gostar do imperador, o dia em que foi captura, essa data ficou gravado na memória do povo e que, posteriormente, seria usada como meio para construção do símbolo da resistência, como vamos ver na última parte.

Do outro lado, o sargento português, Germano, que apresentava um discurso caracterizado mais pela ambivalência, na primeira parte dos acontecimentos do primeiro volume, *Mulheres de Cinzas*, usava termos mais severos para nomear o imperador, por exemplo Ngungunyane como “diabo cruel” e seus soldados como “abomináveis Vátuas”. Não obstante, depois da captura do imperador seu discurso principia a seguir um viés mais controverso: “Prenderam o Gungunhana, levam-no para um exílio sem fim. Seria preciso um navio do tamanho de um continente para salvar África da cobiça dos europeus [...]” (COUTO, 2017, p. 104).

Nas palavras do sargento, podemos constatar a preocupação de um narrador que participa dos eventos e se mostra indignado perante eles, procurando apresentar Ngungunyane como um herói que dedicou sua vida durante muitos anos lutando pelo bem e proteção do seu povo; porém, que por ser capturado, o povo precisará de outro “salvador”, capaz de vestir o manto anteriormente trajado por Ngungunyane.

O régulo de Gaza sempre foi um empecilho para Portugal, não tanto pelo que fazia, mas por aquilo que não deixava fazer. Dias depois da sua captura, já os nossos soldados corriam as aldeias a cobrar o chamado «imposto de palhota». Cada família terá agora que pagar uma meia libra de ouro. Parece pouca coisa, mas é uma fortuna para quem, sendo camponês, vive longe de qualquer moeda. Choram as mulheres, lamentam-se os mais velhos [...]. Envia-se de Lourenço Marques soldados e sipaios. Conhecemos bem os seus modos: ameaçam, exigem bebidas, mandam matar patos e galinhas. E levam as vacas que sobreviveram à peste bovina. (COUTO, 2017, p. 104-105)
Eu mesmo vi uma dessas brigadas chegar a uma povoação e o soldado português sentar-se em cima de um almofariz, que curiosamente aqui

chamam de «pilão». Não faça isso, pediu um velho homem. Usar o almofariz como assento constitui um grave sacrilégio, uma ofensa contra os bons costumes locais. Foi isso que humildemente o camponês explicou ao cobrador de impostos. Sem se mover, o soldado olhou demoradamente para o queixoso e disse: Vou corrigir o mal que inadvertidamente pratiquei. E lançou fogo à casa e a todos os haveres da pobre família. O fogo espalhou-se, descontrolado, por toda a aldeia. Fosse este incidente um caso isolado. (p. 105).

Nos excertos acima, o sargento Germano não só, com minúcia, tenta descrever as atitudes violentas dos soldados portugueses para com a população, mas também ele se mostra ativo perante tais comportamentos, visto que procura enfatizar os fatos de maneira emotiva, como se almejasse envolver o leitor e a impulsioná-lo a desejar que Ngungunyane voltasse ao seu reino para salvar seu povo que sofria nas mãos dos portugueses. Sofrimento do povo que ele julgou ser demasiado ao ponto de: “[...] aqueles que viviam sufocados pelo tirano de Gaza já dele sentem saudade”. (COUTO, 2017, p. 105).

O sargento Germano não faz nada mais do que tentar apresentar Ngungunyane como aquele imperador, cujo governo, a despeito de “ter sufocado seu povo”, era melhor do que o dos portugueses, pois ele próprio como militar português, que participava nos eventos, mostra sua inquietação a respeito da maneira como os soldados passavam a castigar a população naquela altura, após a ausência de Ngungunyane, porque enquanto este governava os portugueses não cometia essa atrocidade.

Diferentemente da narradora moçambicana, que desde o introito do enredo, repudiava as atitudes de Ngungunyane, o narrador Germano, contudo, desde o primeiro volume já revelava sua admiração e afeição pelo soberano de Gaza, embora não a professava ante seus superiores, mas esforçava em fazê-lo de maneira amalgamada com ligeiro ar de reprovação, afinal das contas ele é um militar enviado para combater Ngungunyane, mas isso não o impediu de fazer um discurso mais icônico, que destrincha mais toda ambiguidade que circunda a figura de Ngungunyane, convergindo com a segunda impressão que tivemos da reação da narradora moçambicana ao rejeitar traduzir títulos de jornais. Enquanto Germano enviava uma epístola ao tenente Ayres de Orneles, fez um discurso, no qual a voz do narrador parece “vaticinar” o glorioso futuro de Ngungunyane:

Ocorreu-me pensar que o prisioneiro Vátua tinha razão: do ponto de vista dele e dos da sua nação, eles não estão a cometer um crime. Pelo contrário, estão heroicamente a construir um império. Bem vistas as coisas, o que eles fazem não é muito diferente do que fazemos nós, com a devida distância e respeito. Também defendemos um império, autorizados por Deus e pela nossa natural superioridade. Também enfeitamos a história desse império com pomposos esplendores. Se os Vátuas ganharem esta guerra, o destino

desta nação se cumprirá sem que sejamos tidos nem havidos. Ninguém terá memória de António Enes. E o valente Mouzinho de Albuquerque será um descolorido vencido. Sobreviverá o Estado de Gaza com a sua gloriosa história. Sobreviverá Gungunhane, o único grande herói. Esse negro brilhará como já brilharam um César, um Alexandre Magno, um Napoleão, um Afonso de Albuquerque. E a estátua do rei africano figurará um dia numa praça de Chaimite. Gerações de cafres adorarão o imperador africano como eterna prova do heroísmo e do valor da sua raça. (COUTO, 2015, p. 183-184).

Em sua carta, o narrador fez uma comparação entre o que a Coroa Portuguesa fazia e o que Ngungunyane fazia, e concluiu: “Bem vistas as coisas, o que eles fazem não é muito diferente do que fazemos nós”. Afinal, os colonizadores tinham uma visão de que estavam a construir um império e que suas atitudes eram heroicas, da mesma maneira que os VaNguni: “do ponto de vista dele e dos da sua nação, eles não estão a cometer um crime. Pelo contrário, estão heroicamente a construir um império”. Não parece uma coisa muito nítida, porém é possível reparar a sutileza com que o narrador traça seu discurso. Além disso, em todo enredo: do primeiro ao derradeiro livro, esse narrador é o primeiro e o único a usar o termo *herói* para referir a Ngungunyane: “Sobreviverá o Estado de Gaza com a sua gloriosa história. Sobreviverá Gungunhane, o único grande herói”. Ao mesmo tempo que o chama de um “grande herói”, equiparou-o aos mais admirados da história da humanidade, como César e Alexandre Magno.

Ngungunyane foi derrotado em 1895, deportado para a ilha dos Açores e morreu em 1906, no entanto a sua derrota permaneceu na memória coletiva do povo de Gaza e foi usada pelo Estado moçambicano como um símbolo maior da resistência ou “como eterna prova do heroísmo e do valor da sua raça”. Foi o que fez a FRELIMO em 1983, ao negociar com o governo português a devolução dos seus restos mortais e tomou a iniciativa para transformá-lo em primeiro herói nacional:

Ao comemorar o 10º aniversário da independência nacional, Moçambique recebe os restos mortais de Ngungunhana, um dos grandes heróis da resistência à ocupação colonial.

Deportado há 90 anos, o regresso de seus restos mortais representa para cada moçambicano um motivo de orgulho e patriotismo. A homenagem que queremos prestar-lhe e que só a independência nacional tornou possível fundamenta-se no exemplo que nos deixou sua heroicidade e valentia, ao fazer frente a um inimigo, que não sendo mais numeroso, possuía armas de fogo poderosas e desconhecidas dos guerreiros dessa época. Mas a sua luta não foi travada em vão. Algumas décadas mais tarde, a FRELIMO, sabendo o quando é importante unir todo um povo num mesmo ideal, consegue vencer, fazendo frente à superioridade da máquina de guerra que é igualmente montada contra nós.

Nesta pátria hoje libertada, ao prestarmos homenagem ao Ngungunhane, queremos lembrar também os muitos milhares de moçambicanos que, de norte a sul do país, nos deixam como herança o exemplo de suas vidas e seu amor pela liberdade da terra e dos homens.

É essa pátria que queremos construir, onde não exista a exploração e a opressão, e os nossos filhos possam crescer em paz e na prosperidade, que tem consigo a alegria e a felicidade. (FRELIMO, 1983).

No trecho supracitado, podemos ver o discurso de Samora Machel, o primeiro presidente moçambicano, após independência em 1975, reconhecendo a resistência de Ngungunyane e sua captura como símbolo de “heroicidade e valentia”. Como bem Sublinha Bessa (2005) “A elite moçambicana soube transformar uma derrota numa alavanca para a construção da identidade nacional”. (p. 265).

Podemos, por consequência, perceber que todos os narradores, a despeito de seus discursos serem controversos, principalmente o da narradora moçambicana, ao final ambos acabam por apresentar uma visão um pouco convergente que se aproxima mais daquela construída pela narrativa histórica, e que foi adotada mais tarde pela FRELIMO após independência.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As discussões conduzidas desde o princípio deste trabalho revelam-nos que a trilogia *As areias do imperador*, de Mia Couto, não segue de maneira categórica o modelo clássico do romance histórico do XIX, descrito por Lukács (2011) e Weinhardt (1994), que pressupõe a ficcionalização dos acontecimentos e figuras históricas dentro da estética realista; mas sim atualiza o gênero em Moçambique conforme as concepções de Jameson (2007), Anderson (2007) e Leite (1995) pois que, como romance contemporâneo no contexto africano, essa trilogia incorpora na estrutura aquilo que é conhecido como “realismo animista”, uma aproximação entre o mundo natural e o espiritual, possibilitando ao leitor ter uma compressão não só dos aspectos históricos e reais, como também dos aspectos mito-mágicos que estão relacionados com a cultura moçambicana e africana.

Além disso, como romance histórico preocupado em debater sobre a problemática central do enredo, que é a história de Ngungunyane, constata-se que por mais que a trilogia pretendesse escapar da ambiguidade, quer por meio das atitudes dos personagens, quer do ponto de vista dos narradores, ela não conseguiu dar uma resposta concisa e exaustiva a respeito da figura de Ngungunyane, uma vez que o próprio romance não faz nada mais do que nos apresentar duas visões diametralmente adversas sobre a figura de Ngungunyane; deixando que o analista reflita criticamente e faça inferências a respeito a temática. Apesar de tudo isso, o fim do enredo e as viravoltas das opiniões dos personagens e narradores podem-nos levar e lembrar que “os heróis são pessoas cujos atos e vontades não são condições suficientes para a heroificação”; não obstante, para que o seja, precisa contar com a presença decisiva do estado e autoridades que possuem o poder para transformar os indivíduos em heróis, (RIBEIRO, 2005, p. 273). Desse modo, podemos, portanto, concluir que a transformação de Ngungunyane em primeiro herói nacional pela FRELIMO, após independência, não estava ligado intimamente às qualidades, mas tratava-se de uma decisão tomada pela elite, cujo o objetivo era construir um símbolo representativo capaz de extinguir as diferenças étnicas e conflitos internos que assolavam o país, para poder alavancar a união nacional do povo moçambicano.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARISTÓTELES. Poética. Trad. Eudoro de Souza. Lisboa, Guimarães. s.d. BROOKS, Cleanth. Crítica literária. Lisboa, Fundação Calouste-Gulbeirian, 1971.

ANDERSON, Perry. “Trajetos de uma forma literária”. *Novos Estudos*, No. 77. CEBRAP, Centro Brasileiro de Análise e Planejamento, Rio de Janeiro, março de 2007.

BORTOLOTTI, João Antônio Batista. *Ualalapi ou a ficcionalização do conflito armado FRELIMO x RENAMO –Ngungunhane como representação de Samora Machel*. Rio Grande do Sul; v. 10, n. 2, p. 125-146, 2019.

BRAIT, Beth. *A personagem*. São Paulo: Ática, 1985.

CHAGAS, Silvania Núbia. Nas cinzas da memória: a poeira da tradição. Pernambuco: Revista Fronteira Z –nº 20–julho de 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.23925/1983-4373.2018i20p81-97>. Acessado a 09/01/2022.

CANDIDO, Antonio; GOMES, Paulo Emílio Salles; PRADO, Décio de Almeida e ROSENFELD, Anatol. *A Personagem de Ficção*. São Paulo: Perspectiva, 2009.

COLOSOVSKI, Laiz. *A figura de Ngungunhane entre a narrativa histórica e a narrativa ficcional Questões sobre o romance Ualalapi, de Ungulani Ba Ka Khosa*. São Paulo: Revista Crioula nº 18 - 2º semestre/2016.

COUTO, Mia. *Mulheres de Cinzas*. (As Areias do Imperador I). São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

_____. *Sombras da Água*. (As Areias do Imperador II). São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

COUTO, Mia. *O bebedor de horizontes*. (As Areias do Imperador III). São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

LOPES, Vítor Manuel Ferreira. *Conselheiro Aires de Ornelas e Vasconcelos*. Lisboa: Academia Militar, janeiro de 2006.

FRELIMO. *Gungunhana herói da resistência colonial*. Maputo, 1983.

JAMESON, Frederic. “O romance histórico ainda é possível?” *Novos Estudos*, No. 77. CEBRAP, Centro Brasileiro de Análise e Planejamento, Rio de Janeiro, março de 2007.

KHOSA, Ungulani Ba Ka. *Ualalapi*. Lisboa: Editora Caminhos, 1990.

LAIN, Christie. *Samora: uma biografia*. Moçambique: Ndjira, 1996.

LEITE, Ligia Chiappini Moraes. *O foco narrativo*. São Paulo: Ática, 2002.

LEITE, Ana Mafalda. *A dimensão anti-épica da moderna ficção moçambicana: Ualalapi de U. B. K. Khosa*. Lisboa, 1995.

LUKÁCS, Georg. *O romance histórico*. Trad. de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2011.

MAZULA, Brazão. *Educação, Cultura e Ideologia em Moçambique: 1975-1985*, Porto: Afrontamento, 1995.

MINDOSO, André Victorino. *Os Assimilados de Moçambique: Da situação colonial à experiência socialista*. Curitiba, 2007. Disponível em: <https://www.acervodigital.ufpr.br/handle/1884/46471>. Acessado a 09/01/2022.

MOURA, Adriano Carlos. *Nacionalismo e hibridismos identitários no romance histórico Mulheres de Cinzas, de Mia Couto*. Rio de Janeiro: Litterata | Ilhéus | vol. 8/2 | jul.-dez. 2018. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6769722>. Acessado a 09/01/2022.

MUIUANE, A. P. *Datas e Documentos da História da FRELIMO*. 3. ed. revista, melhorada e ampliada. Maputo: Imprensa Nacional de Moçambique, 2009.

RIBEIRO, Fernando Bessa. *A invenção dos heróis: Nação, história e discursos da identidade de Moçambique*. Trás-os-Montes e Alto Douro: Etnográfica, 2005.

SANTOS, Gabriel Aparecida Dos. *Reino de Gaza: o desafio português na ocupação do sul de Moçambique (1821-1897)*. São Paulo, 2007.

SECCO, Carmen Lucia Tindó. *As literaturas africanas de língua portuguesa: um percurso de cantos e desencantos*. Rio de Janeiro, 1996.

PEREIRA, José Paulo. Mia Couto – *As Areias do Imperador: escrever Portugal, a partir do degredo....* Porto Alegre, v. 15, n. 23, p. 17-35, jan-jun. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.22456/2594-8962.104056>. Acessado a 09/01/2022.

RODRIGUES, Eni Alves. *Considerações sobre o realismo animista a partir da leitura de conto 'A Morte do velho Kipacaça' de Boaventura Cardoso*. Minas Gerais, 2018.

VALLE, Cléa Fernandes Ramos; TELLES, Verônica. *O mito do conceito de herói*. Rio de Janeiro, 2014.

VASSOLER, Sheila. *Paisagem, interdisciplinaridade, e colonialismo em Areias do imperador 1: Mulheres de Cinzas, de Mia Couto*. Passo Fundo, 2019. Disponível: <http://tede.upf.br/jspui/handle/tede/1777>. Acessado a 09/01/2022.

WEINHARDT, Marilene. *Considerações sobre o romance histórico*. Paraná: Editora da UFPR, Letras, Curitiba, n.43, p. 11-23, 1994.